



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright 2007  
ISSN 1887-4606  
Vol 1(2) 230-246  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artículo*

---

**Caro Colega:  
Exclusão lingüística e invisibilidade**

*Carmen Rosa Caldas-Coulthard*

University of Birmingham, UK

## Resumo

*Este trabalho tem o objetivo discutir a questão do uso lingüístico e suas implicações ideológicas. Para analistas críticos do discurso, a linguagem não é só um instrumento de comunicação, mas uma poderosa arma, já que por ser um sistema simbólico profundamente arraigado em estruturas sociais, não só reflete como também enfatiza ideologias discriminatórias.*

*Meu propósito aqui é o de focalizar a questão da referência genérica gramatical e lexical em Português. As práticas sociais patriarcais dão prioridade, em termos lingüísticos, não simplesmente a uma subclasse de substantivos e escolhas gramaticais, mas também a um sexo. Pretendo, portanto, discutir o problema da invisibilidade de mulheres em textos e refletir sobre o papel da mudança lingüística nas práticas sociais brasileiras.*

**Palavras Chave:** gênero gramatical, sexismo, mudança lingüística.

## Abstract

*This paper discusses the question of linguistic usage and its ideological implications. For Critical Discourse analysts, language is not only an instrument of communication, but it is also a powerful tool since being a symbolic system, it is intrinsically linked to social structure, reflecting and at the same time, constructing discriminatory ideologies.*

*My aim here is to examine the problem of generic and lexical references in Brazilian Portuguese. Patriarchal social practices give preference, in linguistic terms, not only to a subclass of nouns and grammatical choices, but also to a biological sex. My intention is therefore to point how women are invisible in Brazilian texts in order to rething the role of linguistic change in Brazilian social practices.*

**Palavras Chave:** grammatical genre, sexism, linguistic change.

## Introdução

No início do ano de 2006, submeti o manuscrito de um livro a uma editora em São Paulo. O livro é uma coleção de artigos sobre Análise do Discurso. No meu capítulo, como nota de rodapé, faço a seguinte ressalva:

A referência gramatical genérica deste capítulo será feminina (‘autoras’ em vez de ‘autores’).

A resposta do editor foi a seguinte:

Há uma observação de forma que lhe peço licença para fazer a respeito de sua legítima decisão de escrever com constante referência feminina. Há pontos em que ou você gerará enunciados difíceis de aceitar como se os homens tivessem deixado de existir e só sobrassem mulheres pesquisadoras, autoras. Compreendo e partilho de sua intenção ao escrever assim, mas a leitura soa como um texto igualmente exclusivo ao contrário.

Nome do editor, Editora (em 1/08/2006).

Minha resposta, um tanto quanto indignada, apontou que há séculos as mulheres são sistematicamente excluídas dos textos, já que a referência genérica sempre foi a masculina. Ao meu ver, já estava mais do que na hora de apresentarmos textos em que as mulheres fossem incluídas em seus textos. O meu propósito político, ao decidir apresentar meu trabalho todo no feminino, era o de chamar atenção para o problema. O livro não foi aceito pela editora.

A questão da linguagem e suas implicações políticas têm influenciado escritoras, filósofas e teóricas sociais através da história intelectual da civilização ocidental. Algumas analistas de discurso postulam que a linguagem é uma arma usada pelos poderosos para oprimir suas e seus subordinadas/os. É no discurso que as ideologias se materializam, como diria Voloshinov (1973).

A relação da linguagem com as representações de gênero cultural tem sido constantemente abordados pelas analistas feministas (ver, por exemplo, Bergvall, V. L., Bing, J.M. and Freed, A. 1996, Wodak, 1997; Coates, J. 1998, Talbot, M. 1998, Cameron, D. 1998, Caldas-Coulthard e Van Leeuwen, 2002, Kulik, D. and Cameron, D, 2003 among many others). As teóricas Mary Daly (1984) e Julia Kristeva (1980) sugerem que a linguagem não é apenas um luxo intelectual, mas uma parte essencial na luta pela libertação das mulheres. Palavras devem ser reapropriadas e novos significados propostos com o intuito de mudança, segundo as autoras.

Três grandes áreas de investigação foram identificadas por várias proponentes da teoria lingüística feminista:

- 1- O estudo da diferença sexual: homens e mulheres usam a linguagem de maneira diferente e o que isto significa?
- 2- Há sexismo no uso da linguagem – como eliminá-lo?
- 3- Há alienação: existe a linguagem do opressor da qual as mulheres não articulam suas experiências como mulheres?

As primeiras questões sobre a relação entre linguagem e papéis sexuais foram levantadas na década de 60. Começou a ser constatado que a

linguagem nas sociedades ocidentais, por ser um sistema simbólico profundamente arraigado em estruturas sociais patriarcais, não só refletia mas também enfatizava a supremacia masculina.

Hoje em dia, após quase quatro décadas de estudo, muita coisa já foi mudada e os resultados das pesquisas sobre Linguagem e Gênero atingem o domínio público. O livro de Deborah Tannen (1991) *You Just Don't Understand*, por exemplo, que trata das supostas diferenças na fala de homens e mulheres se tornou um best seller. Um outro livro chamado *Men are from Mars, Women are from Venus* (John Gray, 2002) argumenta (seguindo a mesma linha de Tannen) que homens e mulheres são lingüisticamente incompatíveis. Este livro, também um best-seller, é vendido em bancas de jornal e aeroportos.

A apropriação populista e simplificadora das pesquisas feministas sobre linguagem e construção de identidades de gênero, como o livro de Gray, está sendo muito discutida no momento. Por outro lado, pode-se constatar que devido às pesquisas da primeira fase (décadas de 60 e 70), o conceito de 'sexismo lingüístico' é bastante conhecido e, pelo menos nos países de língua inglesa, também bastante combatido. Consequentemente, os códigos lingüísticos foram nas sociedades de língua inglesa reconsiderados, as regras gramaticais e de interação questionadas e as pessoas se tornaram mais conscientes da diferença de gênero nas representações culturais.

Gostaria neste trabalho, de voltar às questões levantadas pelas primeiras feministas lingüistas com o objetivo de focalizar a questão da referência genérica em Português e refletir sobre o papel da mudança lingüística nas práticas sociais e suas implicações ideológicas.

### **A Pesquisa sobre Linguagem e Gênero**

A palavra 'gênero' (Malcolm Coulthard, 1991), usada primeiramente pelo gramático grego Protágoras, deriva-se de fato de uma palavra que significava 'classe' ou 'tipo'. Mas porque Protágoras denominou suas subclasses de 'masculina, feminina e neutra', a palavra 'gênero' passou a significar 'classes relacionadas a sexo'.

Protágoras, depois de ter classificado os substantivos exclusivamente de acordo com critérios inflexionais, alterou as inflexões de alguns substantivos para que o gênero das palavras concordasse com o sexo da/o referente. Isto foi feito para que as classes se tornassem mais consistentes em relação ao sexo.

Mas, apesar dos esforços de Protágoras e seus sucessores, 'gênero' permaneceu uma divisão da classe dos substantivos feita do acordo com critérios inflexionais e não biológicos. Em alguns casos e em algumas línguas, não há correspondência entre o sexo da/o referente e o gênero do

substantivo que a/o denomina. Por exemplo, 'garota', é neutro em alemão, 'criança' é feminino em Português.

A categorização de substantivos em termos de gênero parece a princípio não ser importante. No entanto, um sistema gramatical de um língua levanta questões sócio-políticas muito sérias, já que a prática social dá prioridade, em termos lingüísticos, não simplesmente a uma subclasse de substantivos, mas também a um sexo. Nas sociedades ocidentais patriarcais, o sexo masculino é o prioritário.

As questões relacionadas com a gramática, por serem as mais evidentes, foram as primeiras a serem levantadas pelas lingüistas mulheres.

Historicamente, foi na década de 70 que as mulheres saíram em campo para desvendar como eram marcadas inferiormente em termos de linguagem e sexismo, assim como tentaram achar características próprias femininas.

Adrienne Rich (1980) falava nesta época do silêncio das mulheres e Dale Spender (1980) postulava que a linguagem era feita por homens.

As perguntas levantadas eram as do tipo:

- As mulheres têm um vocabulário mais restrito que os homens?
- Usam mais adjetivos?
- Deixam suas frases incompletas?
- Usam muitas palavras 'superficiais'?
- Suas sentenças são mais curtas ou longas que a dos homens?
- Enfim, há uma linguagem feminina ou quais são as características da fala das mulheres?

Outras pesquisas do final da década de 70 apontaram para as diferenças sexuais na escolha de palavras e na sintaxe. Essa foi a fase em que itens lexicais foram listados (quantas palavras temos em para designar um prostituta, por exemplo e quantas palavras nomeiam 'um prostituto') e estruturas sintáticas foram reavaliadas (por que temos que ser chamadas de 'ele' nas formas genéricas, ou por que somos sempre denominadas em relação a um homem - mulher de, filha de?).

O código como sistema, portanto, passou a ser revisto. Muitos trabalhos focalizaram as diversas formas pelas quais a linguagem ajuda a definir, depreciar e excluir as mulheres lingüisticamente. Análises mostraram que havia assimetria na forma pela qual as mulheres eram denominadas em relação aos homens. O uso do genérico provava a invisibilidade, as escolhas lexicais, a inferioridade. Casey Miller e Kate Swift (1976) apontaram que o uso genérico do 'homem' como universal construía as mulheres como uma subespécie.

Se pensarmos em nomes pessoais e formas de tratamento em Português, por exemplo, podemos verificar aspectos interessantes que ainda não foram

mudados no Brasil. Apesar das mulheres brasileiras transmitirem a seus filhos um de seus sobrenomes, na maioria dos casos, é o sobrenome do pai que é transmitido. Também significativo é o fato de que, no Brasil, o filho ou neto de José Silva e Maria Souza Silva poder ser chamado de José Silva Filho/Junior ou Neto. A filha de Maria Souza Silva não poderia, no entanto, ser chamada nem de Maria Souza Filha nem de Maria Souza Silva Filha. Por isso, então, a palavra ‘Neta’ após um nome completo feminino é totalmente inaceitável. As denominações ‘filho’ e ‘neto’, desta forma excluem completamente o nome da mãe e da avó. Mulheres, no entanto, não excluem de seus sobrenomes sua ascendência masculina e é, portanto muitas vezes difícil descobrir sua ascendência feminina.

A base teórica da ‘deficiência’ na linguagem feminina apontava para a dicotomia binária entre homens e mulheres. As mulheres eram ‘deficientes’ lingüisticamente por terem sido socializadas como mulheres.

Na década de 80, lingüistas nos EEUU, França e Inglaterra, começaram a tentar resgatar os códigos lingüísticos através da mudança – este seria o movimento reformista. Experimentos com formas alternativas (formas lexicais - *chairperson*, o uso dos pronomes *-s/he, they* para indivíduos, etc...) foram lançados. Foi também nesta fase que mulheres lingüistas, como Dale Spender (1980), questionaram conceitos gramaticais como masculinos. O famoso lingüista Otto Jespersen (1922), por exemplo, dizia que as mulheres preferiam expressões refinadas, eufemísticas e hiperbólicas e que os homens usavam mais gírias, eram mais criativos, e falavam menos que as mulheres. Afirmações deste tipo construíram esterótipos difíceis de serem desconstruídos. A investigação feminista, no entanto, através de pesquisas empíricas, refutaram estes estereótipos. Na verdade, trabalhos americanos e ingleses mostraram que dependendo da situação contextual e das relações de poder - pares de marido e mulher, grupos de debates na televisão, seminários de alunos de pós-graduação, os homens falam mais e geralmente muito mais que as mulheres. Em grupos mistos, o mesmo acontece.

Enquanto a ‘deficiência’ era o debate principal na primeira fase das pesquisas feministas, outras linhas teóricas sobre o status da mulher na sociedade permearam as pesquisas da segunda fase - uma que via as mulheres como grupo minoritário que é oprimido e marginalizado; a outra via as mulheres simplesmente diferentes dos homens. De acordo com Jennifer Coates (1986) essas visões eram refletidas nas duas linhas principais de pesquisa sobre diferença de sexo e competência comunicativa: o modelo do ‘domínio’ e o da ‘diferença’:

...o modelo do domínio interpreta diferenças lingüísticas na competência comunicativa de mulheres e homens como um reflexo do domínio masculino e da subordinação das mulheres; o modelo da diferença enfatiza a idéia que mulheres e

homens pertencem a subculturas diferentes; as diferenças entre os sexos são interpretadas como refletindo as subculturas diferentes.

(Coates: 1986:65)(minha tradução)

Spender (1980) foi a mais famosa proponente da idéia que a linguagem por si só é um meio de opressão e que só um intervencionismo explícito poderia levar às mudanças sociais.

É interessante notar que hoje em dia, em países de língua inglesa, as mudanças estritamente lingüísticas apontadas pelas estudiosas da segunda fase, foram completamente assimiladas e o código foi readaptado levando-se em consideração as questões levantadas. Na língua inglesa, a reforma lingüística é um fato consumado. A referência pronominal genérica masculina mudou do *He* para *s/he* ou *they*. Itens lexicais genéricos masculinos foram re-lexicados para significar neutralidade em relação ao sentido ‘masculino’ ou ‘feminino’

*Men: human beings*

*Spaceman: spaceperson*

*Fireman: fireworker*

Na verdade, o movimento hoje tão erroneamente interpretado e apropriado por setores conservadores do ‘politicamente correto’ é consequência desta época.

Cameron (1996a) sugere que ainda como resultado da segunda fase, um novo prescritivismo surgiu, chamado por ela de ‘higiene verbal’ - um conjunto diverso e normativo de práticas metalingüísticas ‘baseadas na convicção que algumas formas de se usar a linguagem são funcionalmente, estética e moralmente preferíveis a outras’ (1996b: 36, minha tradução). O uso da higiene verbal acontece particularmente na imprensa e nos livros de auto-ajuda. Baseados nas pesquisas lingüísticas feministas, esses discursos avaliam o uso lingüístico ou aconselham as mulheres a manipular o código lingüístico para ou competirem no mundo masculino ou simplesmente se tornarem mais assertivas.

Coates e Cameron (1988) insistem que os métodos de análise da deficiência, do domínio e da diferença são importantes, mas não são suficientes. Uma análise que ignore as dimensões de domínio e subordinação tem pouco poder explanatório. Por outro lado, dimensões culturais irão sempre determinar o uso lingüístico. As subculturas femininas e masculinas não são divorciadas de estruturas de poder.

As publicações como as de Tannen e a de Gray, citadas acima, enfatizam a diferença entre homens e mulheres e ignoram similaridades, status e

relações desiguais de poder. Tais livros reforçam estereótipos e mascaram o fato de que a linguagem de homens e mulheres formam um contínuo sobreposto ao invés de duas categorias distintas. É claro que existe diferença biológica entre homens e mulheres. A diferença, no entanto não deveria ser um problema. O problema se encontra na exclusão e na construção de estereótipos.

O que acontece no Português do Brasil?

Num sistema como o Português, que requer que falantes escolham uma forma diferente de pronome dependendo do gênero do substantivo, surge o problema de como se referir a um grupo misto constituído de pessoas de ambos os gêneros. Gramaticamente, dar prioridade a um gênero é obviamente mais simples. Isso pode não ser importante quando falamos de carros e bicicletas, mas quando falamos de 1 milhão de mulheres e um homem pelo pronome masculino ‘eles’, esta escolha pode ser interpretada como discriminatória e pode ter conseqüências sociais importantes.

O Português usa o sistema de primazia do masculino também em pares de palavras de gêneros diversos que se referem aos mesmos papéis quando colocados juntos – pai e mãe, filho e filha, rei e rainha. Isto indica que a mulher vem sempre ‘depois’ do homem.

Lingüistas têm há muito tempo argumentado que a primazia do masculino, interessante como um fenômeno lingüístico, não é sócio ou psicolinguisticamente significativa. Dizem que em todas as áreas da linguagem encontramos o uso semelhante de uma categoria chamada ‘não marcada’ (no nosso caso, o masculino), que inclui o significado de duas categorias (masculino e feminino). Pode-se dizer, em inglês, *how old are you?* quando se quer saber a idade de alguém, sem se sugerir que a pessoa seja velha (old = forma não marcada), enquanto que *how young are you?* indica youth (juventude – forma marcada).

Tem sido proposto que a escolha do genérico masculino ou do feminino é da mesma ordem, isto é, que o masculino (não marcado) inclui, e o feminino exclui (marcado – este foi o argumento usado pelo editor citado acima). O fato de o masculino ter sido escolhido como categoria não marcada pelos nossos predecessores – conforme muitos lingüistas, foi aparentemente puro acaso, e não tem nenhuma significação social ou política. A pesquisa mostra, no entanto que não é bem assim.

Primeiramente, ao menos em relação ao inglês, há evidência histórica de que os homens alteraram a linguagem a fim de criar a escolha não marcada. Até o século 17, para o singular não marcado, em exemplos como ‘if anyone wants to... will *he*’ (‘se alguém quiser...*ele*’), falantes ingleses na verdade usavam *they*, até que os gramáticos prescritivos decidiram, no século 18, ‘corrigir’ o uso, argumentando que o masculino genérico era mais ‘natural e próprio’. Só a partir da década de 70, como me referi acima, e pelo trabalho

das lingüistas feministas, a forma *they* volta a ser utilizada no inglês britânico atual como um singular não-marcado aceitável.

Em segundo lugar, o uso genérico de *he* é interpretado frequentemente como forma marcada. Pode-se demonstrar que esta forma predispõe falantes e ouvintes a pensar não em ambos os sexos, mas somente no masculino. Pesquisas com falantes ingleses mostram que os homens, mais do que as mulheres, interpretam o genérico *he* como se fosse masculino.

Um caso especial de masculino como forma não marcada é o uso da palavra ‘homem’ para significar a ‘raça humana’. A facilidade com que os homens podem esquecer do significado genérico poder ser ilustrada na tão citada observação de Eric Fromm (1949: 52) de que “os interesses vitais do Homem são a vida, a alimentação e o ‘acesso às mulheres’”! Elaine Pagels (1976) observa que, pelas mesmas razões, imagina-se ‘Deus’ como um homem, mas argumenta que quando o pronome ‘ele’ é usado, deveria ser interpretado como forma não marcada exatamente como um ‘ele’ precedendo ou seguindo a forma ‘alguém’, o que não acontece. A maioria das representações de ‘Deus’ são masculinas. No entanto, há versões antigas do Velho Testamento que se referem à Divindade como andrógina ou até feminina. É interessante notar que alguns bispos ingleses atualmente usam ‘ela’ para ‘Deus’, enfatizando esse fato. Isto ainda não acontece no Brasil.

É muito significativo ainda que o para ‘homem’ e ‘mulher’ tenha também outros significados além do aparente significado paralelo: enquanto o significado secundário de ‘homem’ inclui toda a humanidade, o de ‘mulher’ é restrito à ‘esposa’!

Todos estes ‘fatos’ lingüísticos mostram que há assimetria no emprego do código lingüístico e que as escolhas gramáticas podem ser manipuladas de acordo com determinadas ideologias.

### **Testando a invisibilidade**

Em 2001, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na Câmara e no Senado Federal um Substitutivo ao projeto de lei (Lei Nº 4.610-B, de 2001) dispondo sobre a linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais. A autora do substituto foi a Deputada Iara Bernardi e a Relatora foi a Deputada Iriny Lopes. Este Substitutivo transferia a obrigatoriedade de referência à mulher em todas as vezes em que o substantivo “homem” estivesse sendo empregado para designar ambos os sexos. O texto propunha que:

(<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/97893.htm>):

as leis e atos normativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios passassem a usar a linguagem inclusiva em seus textos, mediante a

utilização de vocábulos de gênero masculino apenas para referência ao homem e utilização expressa do gênero feminino em toda referência à mulher.

A intenção primordial deste Substitutivo de lei era o de reescrever praticamente toda a legislação brasileira, podendo ser tomado como exemplo o artigo 12, I, a, da Constituição Federal:

*“Art. 12. São brasileiros:*

*I – natos:*

*a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;”*

Rescrito por:

*“Art. 12. São brasileiros e **brasileiras**:*

*I – natos e **natas**:*

*a) os nascidos e **as nascidas** na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros e **mães estrangeiras**, desde que estes e **estas** não estejam a serviço de seu país;”*

A relatora, aprovando a proposta ressaltou que:

No que concerne, por fim, ao mérito, entendemos que a proposta consubstanciação afirmativa na construção de uma sociedade que respeite o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres, desnaturalizando fraseologias, expressões e palavras capazes de transmitir valores negativos em relação às mulheres.

(<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/97893.htm>)

Legalmente, houve um grande avanço e portanto, as mulheres estão incluídas na legislação brasileira. Devido à reação diversa do editor citado acima, resolvi testar o que realmente acontece nas práticas lingüísticas brasileiras em relação à inclusão das mulheres em textos, no ano de 2006. Enviei, para começar, uma simples pergunta para pessoas esclarecidas, que, eu assumia, já tinham incorporado em suas escritas, a inclusão de mulheres em seus textos.

Minha pergunta, enviada por email, foi a seguinte:

Amigas e amigos, estou fazendo uma pequena pesquisa sobre o uso da referência genérica em Português e se fosse possível, poderiam me dizer o que usam quando escrevem? Só a referência masculina - tipo 'alunos e professores' ou também incluem 'alunos e alunas', 'professores e professoras'?

A primeira resposta recebida foi de uma aluna de mestrado em Ciências da Linguagem que me disse o seguinte:

Prof, estou terminando o mestrado... mas, como posso ajudá-la? explique melhor!!!

Esta resposta realmente me preocupou, pois pude constatar que o assunto não era nem conhecido pela aluna.

Computando todas as repostas recebidas de homens acadêmicos, com apenas uma exceção, a maioria absoluta só usa a referência masculina. Obtive repostas do tipo:

Professora, utilizo o gênero masculino. Grupos de discussão de gênero e raça de movimento sindical, **parte dos engajados utilizam o feminino.**

Metade das mulheres usa a forma masculina e a outra metade usa formas compostas, mas muitas vezes com dúvidas:

...já passei por diferentes fases. Há algum tempo atrás, quando era diretora, usava o 'prezados/as professores/as. Agora, na coordenação de pós, só uso 'caros colegas'. Fica pesado em port. o o/a pq. temos que manter isso o tempo todo no texto. Mas tomo alguns cuidados. Evito usar 'homem' como sinônimo de 'ser humano', uso o feminino quando o grupo é só de professoras, reclamo quando recebo mensagens com Sr. Coordenador e meu nome, etc.

Aquelas mulheres que escolhem a forma feminina, como eu, têm sempre que justificar o porquê da escolha:

Tento contemplar os dois quando o texto é pequeno e não causa muito ruído (usando ele(a), leitor(a), etc.); quando não é, dependendo do periódico uso apenas as formas femininas, partindo do pressuposto que os homens também estão incluídos -- explico\_isso em nota de rodapé.

Sempre uso aluno/aluna. Algumas vezes intencionalmente inverte, e começo como feminino - aluna/aluno. Em alguns papers usei o feminino como genérico, e fiz uma nota de rodapé explicando minha decisão (o que é ridículo, uma vez que não é necessário justificar o uso do masculino genérico). Meus alunos, entretanto, tendem a usar o masculino genérico. Só chamo a atenção daqueles que trabalham diretamente com gênero, os demais deixo a critério de cada um. Algumas publicações brasileiras enchem reclamação qdo usamos aluno/aluna, alegam que é confuso para o leitor, etc, e pedem para tirar. Enfim, parece não haver muita conscientização sobre essa questão.

Indo um pouco além na pesquisa, examinei também a imprensa, falada e escrita, onde sem exceção, o masculino predomina. Mesmo quando as/os leitoras/os são endereçados por ‘você’, o papel social da/o receptor/a da mensagem é sempre o masculino. Os exemplos abaixo ilustram a completa invisibilidade feminina:

Pronunciamento do Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral –Cidadão brasileiro.

Amanhã começará a propaganda eleitoral no rádio e televisão. Mas a campanha já está nas ruas, com os candidatos procurando apresentar e convencer sobre propostas e projetos próprios.

Esta eleição, como as outras, é muito importante. Você escolherá o Presidente da República, os governadores, os senadores, os deputados federais e estaduais, que decidirão o que é melhor para o Brasil...

Eles decidirão sobre quase todas as coisas que afetam a nossa vida, mas, no dia 1º de outubro, você será o patrão, o chefe. Você selecionará, entre tantos candidatos, aqueles que considerar os mais dignos, os mais bem preparados para conduzir a Nação nos próximos anos. O voto, embora individualizado, a tantos outros se somará, formando a maioria necessária para consagrar os vencedores, que terão como tarefa representar os cidadãos brasileiros. Lembre-se, caro eleitor: nenhum deles será nomeado e sim eleito, escolhido diretamente pelo voto de cada um dos quase 126 milhões de eleitores do País. (minha grife). (Jornal das 8, Rede Globo – 14/08/2006).

AUNIP esta orgulhosa de seus alunos e de seus professores. (Estado de São Paulo, 13/08/2006 – pag.A5)

Desafio dos candidatos é superar a pasteurização de campanhas anteriores e a desconfiança dos eleitores (Estado de São Paulo, 13/08/2006 – pag.A4)

Em Janeiro de 2007, o Banco do Brasil lança uma nova campanha publicitária e se auto-nomeia como, em vez de Banco do Brasil:

### **Banco dos Brasileiros Banco do Paulo**

Em casos em que a referência feminina é apresentada com a masculina, nota-se sarcasmo ou se faz ironia daquela ou daquela que usa as duas formas - Sarney usando ‘Brasileiros e brasileiras’ é um exemplo inesquecível, ou ainda:

Lula foi instruído por seu novo marqueteiro de se endereçar a grandes audiências como ‘Meus amigos e minhas amigas’ em vez do indefectível ‘companheiros e companheiras’. (Estado de Sao Paulo, 13/08/2006 – pag.A4)

Em trabalhos acadêmicos, mesmo na área de Estudos de Gênero, as escolhas lexicais acompanhadas de referência gramatical ainda são masculinas:

Durante muito tempo as mulheres não foram consideradas sujeitos da história e, portanto, estiveram excluídas das narrativas dos historiadores. O panorama atual da historiografia brasileira parece ter mudado significativamente, demonstrando a presença desses novos sujeitos, adensando as discussões teóricas e sugerindo a inserção de novos conceitos bem como de outras abordagens. (Revista de Estudos Feministas, Set/dez 2005)

### Considerações finais

A pesquisa sobre linguagem e gênero tornou-se uma área estabelecida de pesquisa e também de ensino. As universidades oferecem cursos intitulados ‘Linguagem e Gênero’ em Departamentos de Estudos da Linguagem e em Estudos de Gênero. Muitos livros têm sido publicados (Deborah Cameron, 1985, Sara Mills, 1995, Kira Hall e Mary Bucholtz, 1996, Victoria Bergvall, Janet M. Bing e Alice F. Freed, 1996 entre muitos outros). Continua a ser uma atividade não só acadêmica ou lingüística, mas também política e interdisciplinar. Seu objetivo principal é a conscientização do papel das mulheres nas sociedades em que vivemos. E pesquisa lingüística feminista não só nos esclarece sobre assuntos fundamentais em língua, como também pretende mudar os relacionamentos entre mulheres, homens, linguagem e contexto social.

No Brasil, as pesquisas na área de Análise do Discurso e Lingüística Aplicada começam a apontar resultados interessantes, principalmente na investigação das representações em livros didáticos (ver M. de Lourdes Amante Feronha, 1995, por exemplo) e na imprensa (Carmen Rosa Caldas-Coulthard, 1994, 1995, 1996; Débora Figueiredo, 1995, M. Cristiana Ostermann, 1995 e Vivane Heberle, 1994; Susana Bornéo Funck e Nara Widholzer, 2005). No entanto, por termos um código lingüístico marcado pelo gênero gramatical, não foi ainda encontrada uma forma que possa ser aceita indiscriminadamente. Formas alternativas, como o exemplo abaixo, são interessantes, mas não completamente desprovidas de problemas (na linguagem escrita o uso do @ significa um link com a internet:

Prezad@s Colegas

Conforme temos feito a cada Seminário Fazendo Gênero, pretendemos publicar um livro com os textos apresentados nas mesas redondas deste Fazendo Gênero 7 - Gênero e Preconceito. Desta vez nossa situação é, porém, muito diferente e vantajosa, já que obtivemos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, os recursos necessários à publicação do livro. Isto nos obriga a sermos rápidas com esta publicação. Assim pedimos que tod@s aquel@s que apresentaram seus textos em Mesas Redondas, que os mandem para nós, através deste e-mail ... (Cordenação do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7)

As outras alternativas como o uso de:

A aluna/ o aluno

a/o aluna/o

O professor/ a professora

O/a professor/a

Pessoas; gente

são possibilidades, mas podem 'pesar' ou 'carregar' ou introduzir 'ruído' no texto, metáforas apontadas por algumas das pessoas pesquisadas. A regra da referência genérica, apesar de não constar em gramáticas, é, no entanto, extremamente significativa e exclusiva e precisa ser reavaliada e contestada, se quisermos nos incluir em textos.

Cameron (1996a) diz que o problema das mulheres é a inacessibilidade ao poder. A linguagem é simplesmente a expressão desta desvalorização da mulher. Não há dúvida que os homens ainda são os guardiões da linguagem: são os editores, os lexicógrafos, os apresentadores de rádio e televisão e os políticos. As posições de poder são um problema político, ainda não totalmente desconstruído.

Para concluir, gostaria de dizer que, apesar dos avanços, muito ainda tem que ser feito em relação às formas de representação de grupos minoritários, principalmente em discursos institucionais. Precisamos de mais conscientização para a mudança social. Nós, mulheres, teremos que muito padecer para estarmos presentes lingüisticamente em textos e sermos representadas positivamente em discursos públicos.

## Referências

- Amante Feronha, Maria de Lourdes (1995)** '*Gender Issues in the Visual Representation of EFL Brazilian Textbooks*'. Dissertação de Mestrado não publicada, Língua e Literatura Inglesa, UFSC, Florianópolis.
- Bergvall, Victoria L., Bing, Janet M. e Freed, Alice F. (1996)** *Rethinking Language and Gender research*. Londres: Longman, 1996.

- Caldas-Coulthard, C.R.(1994)** “A Representação de gênero na imprensa escrita: a pesquisa”. In: Caldas-Coulthard, Carmen Rosa e Collins, Heloisa (Orgs.) *The Specialist*, v. 15, no. 1 e 2, p. 113-120. São Paulo: Editora PUC/SP.
- Caldas-Coulthard, Carmen Rosa (1995)** “Man in the news: the misrepresentation of women speaking in news-as-narrative discourse”. In: Mills, Sara (Org.) *Language and Gender*. Londres: Routledge, p.226-239.
- Caldas-Coulthard, Carmen Rosa (1996b)** “‘Women who pay for sex. And enjoy it.’ Transgression versus morality in Women’s Magazines”. In: Caldas-Coulthard, Carmen Rosa e Coulthard, Malcolm (Orgs.) *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. Londres: Routledge, p. 248-268.
- Caldas-Coulthard, Carmen Rosa (1997)** *News as social practice*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês: UFSC, 1997.
- Caldas-Coulthard, Carmen Rosa e Van Leeuwen, Theo (2002)** “Stunning, Shimmering, Iridescent: toys as the representation of gendered social actors”. In *Gender Identity and Discourse Analysis*, Litosseliti, L. e Sunderland, J. (eds.) Amsterdam: John Benjamins, pp.91/110.
- Cameron, Deborah (1985)** *Feminism and linguistic theory*. Londres: Macmillan.
- Cameron, Deborah (1996a)** *Verbal hygiene*. Londres: Routledge,.
- Cameron, Deborah (1996b)** “The language and gender interface: challenging co-optation”. In: Bergvall, Victoria L., Bing, Janet M. e Freed, Alice F. *Rethinking Language and Gender research*. Londres: Longman, p. 31-53.
- Cameron, Deborah (1998)** *The Feminist critique of language: a Reader*, Londres: Routledge.
- Coates Jennifer. (1986)** *Women, men and language*. Londres: Longman,
- Coates, Jennifer (ed.) (1998)** *Language and Gender: a Reader*. Oxford: Blackwell.
- Coates, Jennifer e Cameron, Deborah (Orgs.) (1988)** *Women in their speech communities: new perspectives on Language and Sex*. Londres: Longman,
- Coulthard, Malcolm (1991)** *Linguagem e sexo* (tradução de Carmen Rosa Caldas-Coulthard). São Paulo: Editora Ática.
- Daly, Mary (1984)** *Gyn/ecology: the metaethics of radical feminism*. Londres: Women's Press.
- Figueiredo, Débora (1995)** *The Use and Abuse of your Sexual Power: Cosmopolitan/Nova and the creation/maintenance of a conservative view of female sexuality*. Dissertação de Mestrado não publicada, Língua e Literatura Inglesa, UFSC, Florianópolis.

- Fromm, Erich (1949)** *Man for himself: an enquiry into the psychology of ethics*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- Funck, Susan Bornéo e Widholzer, Nara (2005)** *Gênero em Discursos da Mídia*. Florianópolis: Editora das Mulheres.
- Gray, John (2002)** *Men are from Mars, women are from Venus: the definitive guide to relationsh*. Londres: Element.
- Hall, Kira e Bucholtz, Mary (Orgs.) (1995)** *Gender articulated*. Londres: Routledge.
- Heberle, V. (1994)** “Editoriais de Revistas Femininas sob a Perspectiva da Análise Crítica do Discurso”. In: Caldas-Coulthard, Carmen Rosa e Collins, Heloisa, (Orgs.) *The Especialist*, v. 15, no. 1 e 2, p. 137-150. São Paulo: Editora PUC/SP.
- Jespersen, Otto (1922)** *Language: its nature, development and origin*. Londres: Allen and Unwin.
- Kristeva, Julia (1980)** *Desire in language: a semiotic approach to literature and art*. Nova York: Columbia University Press.
- Kulik, Don and Cameron, Deborah (2003)** *Language and Sexuality*. Cambridge; CUP.
- Miller, Casey e Swift, Kate (1976)** *Words and women: new languages and new times*. Londres: Penguin.
- Mills, Sara (Org.) (1995)** *Language and gender: interdisciplinary perspectives*. Londres: Longman.
- Ostermann, Ana Cristina (1985)** *Good Girls go to heaven, bad girls... Critical Discourse Analysis of Quizzes in Teenage Girls Magazines*. Dissertação de Mestrado não publicada, Língua e Literatura Inglesa, UFSC, Florianópolis.
- Pagels, Elaine (1976)**. “What became of God the mother? Conflicting images of God in early Christianity. *Sign: Journal of Women in Culture and Society*, v. 2, n.11, p.293-303
- Rich, Adrienne Cecile (1980)** *On lies, secrets and silence: selected prose 1966-1978*. Londres: Virago.
- Spender, Dale (1980)** *Man made language*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Talbot, M. (1998)** *Language and Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Tannen, Deborah (1991)** *You just don't understand: women and men in conversation* Nova York: Ballentine Books.
- Voloshinov, Valentin Nikolaevich (1973)** *Marxism and the philosophy of language*. New York; Londres: Seminar Press.
- Wodak, Ruth (1997)** *Gender and Discourse*. Londres: Sage.

### **Nota Biográfica**



Carmen Rosa Caldas-Coulthard foi Professora Titular de Lingüística Aplicada e Língua Inglesa no DLLE da UFSC até 1996. Desde então, é professora sênior no Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, Inglaterra, onde obteve seu doutorado em Análise do Discurso (1988). Foi uma das primeiras pesquisadoras a introduzir no Brasil, na década de 80, a área da Análise Crítica do Discurso, com especial enfoque em como as relações de gênero são representadas em discurso.

**E-Mail: [c.r.caldas-coulthard@bham.ac.uk](mailto:c.r.caldas-coulthard@bham.ac.uk)**